

FHC defende redução do “custo-Brasil”

No reinício dos trabalhos legislativos, mensagem presidencial diz que maiores desafios são a redução da carga fiscal e avanços em infra-estrutura

João Domingos
de Brasília

Na mensagem que enviou ontem ao Congresso Nacional, lida na sessão de reabertura dos trabalhos da nova legislatura, o presidente Fernando Henrique Cardoso destacou a necessidade de se reduzir o chamado custo-Brasil, para que o País possa se tornar competitivo diante da economia globalizada. Para tanto, o desafio será a queda das taxas de juros, a racionalização da carga tributária e os avanços no setor de infra-estrutura.

Na mensagem, levada ao Congresso pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, e pelo secretário-geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, o presidente afirmou que as perspectivas para 2001 são favoráveis ao crescimento econômico e deve ser marcado por novos avanços no campo social. O presidente chamou o seu plano de trabalho de “agenda da competitividade”. Disse que merece atenção imediata, para que a balança comercial não venha efetivamente a se tornar um limitador do crescimento da economia brasileira.

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), presidente do Senado, recebeu a mensagem e disse que o

Congresso vai continuar ajudando o governo. Prometeu trabalhar pela reforma tributária e pela aprovação de tudo o que for importante para fazer o País avançar nos campos econômico e social. Jader fez um discurso em tom conciliador, chamando todos para um grande mutirão em prol do Brasil.

O presidente Fernando Henrique afirmou na mensagem que há espaço para a queda dos juros, para a racionalização da carga tributária e para a melhoria da infra-estrutura. Tudo, segundo ele, sem comprometer o êxito do programa de estabilização fiscal, meta estabelecida emergencialmente em 1999, logo depois das crises asiática e da Rússia, quando houve uma máxima desvalorização do real.

Sobre a questão tributária, auxiliares do presidente têm dito que o ideal para o governo seria fazer apenas modificações em impostos como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O



Fernando Henrique Cardoso

governo não aceita uma reforma ampla como vinha sendo proposta pelo Congresso.

Para Fernando Henrique, o Brasil precisa também exportar mais, além de ampliar a base de produtos destinados ao exterior. Nesse esforço, disse, o governo aperfeiçoará o uso dos instrumentos a seu alcance para propiciar às empresas brasileiras acesso ao crédito, à informação e conhecido

mento e aos mercados, tanto quanto possível, em igualdade de condições com os competidores estrangeiros.

O Brasil construiu, nos últimos 50 anos, um raro sistema público de ciência e tecnologia, disse o presidente. Entre 1995 e 1998, a produção científica brasileira, medida por critérios internacionais consagrados, teve um crescimento somente superado pelo da Coreia do Sul. Para Fernando Henrique, os recursos dos fundos setoriais já aprovados — e outros ainda em apreciação pelo Congresso — e uma definição criteriosa das prioridades estratégicas

permitirão ao País tirar todo o proveito dessa vantagem competitiva.

Portanto, disse o presidente, a defesa dos interesses comerciais brasileiros torna-se mais árdua na medida em que o País assume um perfil menos retraído no contexto internacional. “Temos pela frente uma agenda pesadíssima, que vai das relações bilaterais com parceiros estratégicos a uma nova rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio, passando pela consolidação do Mercosul e a proposta da Área de Livre Comércio das Américas”.

Sem citar o Canadá, com o qual trava várias frentes de batalha no setor de exportações, o presidente disse que o Brasil vai trabalhar com tranquilidade mas com firmeza para valorizar ao máximo o peso relativo do País nesse contexto.

Segundo o presidente, os êxitos alcançados no plano econômico permitirão enfrentar com mais fôlego — inclusive fôlego fiscal — os desafios da chamada inclusão social. Ele lembrou que o Orçamento deste ano prevê significativa expansão do gasto social, contando com um cenário macroeconômico mais favorável e efetividade das medidas antisonnegação aprovadas pelo Congres-

so. Com isso, afirmou o presidente, haverá espaço adicional para uma “agenda da solidariedade”.

Em seguida, Fernando Henrique Cardoso destacou alguns pontos dessa agenda. Pediu a aprovação, pelo Congresso, dos projetos restantes do Fundo de Combate à Pobreza. Disse que sua criação permitirá destinar recursos adicionais a programas de educação, saúde, previdência e assistência social, saneamento básico, recursos hídricos, turismo, trabalho, energia e agricultura familiar nos municípios com menor índice de desenvolvimento humano.

Um esforço similar, disse o presidente, deve ser feito em relação aos cinturões de pobreza na periferia das áreas metropolitanas, reconhecendo suas carências específicas em setores como segurança pública, habilitação para o exercício dos direitos básicos de cidadania, transporte e reordenamento urbano. Fernando Henrique disse na mensagem que o governo fará parcerias com estados e municípios para enfrentar mais de-

cisivamente esses desafios.

Para Fernando Henrique, o maior de todos os desafios continua sendo o gasto em favor dos mais carentes e a universalização do acesso básico à educação, atenção à saúde e previdência. Para isso, disse o presidente, recorrendo a uma frase que gosta muito de usar, não há fórmula mágica, mas só a busca permanente da eficiência na gestão pública, com

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), diz que o Congresso trabalhará para aprovar reforma tributária

austeridade, criatividade, descentralização, controles sociais crescentes e muita abertura à enorme disposição demonstrada pelos brasileiros para o trabalho em favor da comunidade.

Como os recursos serão sempre limitados, a continuidade do financiamento dos programas sociais pela União, pelos estados e pelos municípios só poderá ser assegurada por uma gestão financeira responsável, afirmou o presidente da República. Por isso, segundo Fernando Henrique, a aplicação rigorosa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é indissociável dos compromissos programáticos do governo.